

Podemos naturalizar a dignidade?

José Costa Júnior¹

¹ Instituto Federal de Minas Gerais - Campus Avançado Ponte Nova

E-mail: jose.costajunior@yahoo.com.br Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-1117-4853>

Resenha de: SCRUTON, Roger. **A natureza humana.** Tradução de Maria de Fátima Carmo. Revisão Científica de Aires Almeida. Lisboa: Gradiva, 2017.

No mês de maio de 2019, uma fala do deputado brasileiro Luiz Philippe de Orleans e Bragança numa Sessão Solene da Câmara do Deputados em homenagem aos 131 da Lei Áurea, dispositivo jurídico que aboliu a escravidão no Brasil, trouxe à tona uma discussão antiga sobre a natureza humana. Ao comentar a lei que extinguiu a escravidão no Brasil assinada pela sua bisavó, a Princesa Isabel, o deputado apresentou um raciocínio peculiar sobre a relação entre o que nós naturalmente somos e o que fazemos. Segue uma transcrição do trecho da fala que envolve a questão citada, através da qual tenta-se captar ao máximo o contexto de sua fala:

“A natureza humana nos leva a esses grandes conflitos, nos leva a esses conflitos de escravizar uns aos outros. Isso faz parte da nossa natureza. Como é que combatemos isso? Essa é a grande questão. Como é que combatemos nossa própria natureza na evolução da humanidade? Existe, sim, pessoas com consciência de que escravidão não é bom. A consciência humana combate a própria natureza humana”. (sic)

A análise do deputado esconde pressupostos e mantém questões em aberto acerca do debate sobre a “natureza humana”. Entre muitas outras questões, podemos perguntar se realmente existe uma “natureza humana”. Em outras palavras, é possível questionar se existem traços, práticas, comportamentos ou outros elementos presentes em todas as formas de vida identificadas como humanas. Na hipótese de que seja possível oferecer uma resposta positiva a essa questão, o que seria próprio da natureza humana? De acordo com o discurso do deputado, o ato de “escravizar uns aos outros” seria um dos traços próprios de nossa natureza. No entanto, surge aqui uma questão metodológica: como identificar tais traços e características e oferecer fundamentos para esse tipo de análise sobre a natureza humana? Ou ainda, num debate de fundo, a natureza humana nos determinaria? Na fala do deputado, haveria a possibilidade de que a “consciência humana” combata a “natureza humana”. Mas como esse processo ocorreria? Traços ditos “naturais” da humanidade, caso existam, poderiam ser redefinidos?

Sobre a questão acerca da existência ou não de uma natureza humana universal, estável e fixa, podemos recorrer à investigação do filósofo britânico David Hume. Em seu *Tratado da Natureza Humana* (1738), Hume estabelece que para realizar uma “ciência da natureza humana” antes “devemos reunir nossos experimentos mediante a observação cuidadosa da vida humana, tomando-os tais como aparecem no curso habitual do mundo, no comportamento dos homens em sociedade, em suas ocupações e em seus prazeres” (p. 24). Entretanto, pode-se levantar algumas questões em relação ao método de Hume: Quais vidas humanas? Qual sociedade? Qual observador?

Questões assim levaram muitas investigações sobre a humanidade a considerar que as circunstâncias impactavam mais na estruturação da vida humana do que uma determinante e fixa natureza humana.

Dessa forma, seria mais profícuo investigar e compreender a “condição humana”. Estruturas, contextos e circunstâncias seriam mais relevantes para a humanidade e suas práticas, hábitos e comportamentos do que uma possível definição pautada em sua natureza. Esse entendimento também explicaria a variedade das práticas humanas, que, em determinadas condições, seriam diferentes entre si. Livres das determinações do mundo natural, os seres humanos podem construir diversas possibilidades de existência e circunstâncias de ação. Nesse contexto, pautar a existência de uma “natureza humana” envolveria um enquadramento rígido impróprio para a variedade observável dos modos de vida humanos.

No entanto, com a revolucionária publicação de *A Origem das Espécies* (1859), o também britânico Charles Darwin levantou novas possibilidades para explicar o surgimento e a natureza do animal humano. Na edição original do livro, na qual Darwin publica sua hipótese sobre o desenvolvimento natural da vida, ele profecia: “Num futuro distante, vejo campos abertos para pesquisas muito mais importantes. A psicologia será baseada em novos fundamentos, o da aquisição necessária de cada poder mental e de cada capacidade gradualmente. Uma nova luz será lançada sobre a origem do homem e sua história.” (p. 488). Com base na investigação da “história natural” da espécie humana, poderíamos compreender nossa natureza, nossas tendências e nossos principais traços comportamentais.

Algumas compreensões inadequadas do processo natural de desenvolvimento das formas de vida sugerido por Darwin levaram a conclusões contestáveis do ponto de vista bioevolutivo. Entre tais, podemos citar o darwinismo social, uma concepção sociológica comprometida com a hipótese de que o processo evolutivo envolvia necessariamente luta, “sobrevivência dos mais fortes” e, conseqüentemente, progresso. Tais elementos são estranhos à concepção de Darwin, principalmente em relação à concepção de “progresso” envolvida. O desenvolvimento das formas de vida é sempre relativo às circunstâncias nas quais os organismos existem, sem existir um ponto de vista ou direção fixa. Um risco maior desse tipo de concepção é a ideia de que algumas sociedades possam ser “mais evoluídas” que outras, situação que supostamente justificaria superioridade e domínios.

No entanto, para além de tais incompreensões e enganos, novas possibilidades de pesquisas sobre a natureza humana se desenvolveram a partir do ponto de vista do processo evolutivo da espécie humana. Uma delas envolve a compreensão dos comportamentos e da psicologia dos seres humanos a partir da história evolutiva da espécie. O psicólogo canadense Steven Pinker, um dos principais defensores dessa compreensão, destaca em *Tábula Rasa: A negação contemporânea da natureza humana* (2002) algumas práticas universais humanas, que podem ser observados em quaisquer agrupamentos da espécie humana. Entre tais, podemos encontrar traços como a existência de crenças, a presença de lideranças, a linguagem comunicativa, a manutenção do luto, o cuidado familiar e a permanência da violência. Entre outros, tais exemplos de universais humanos se mantêm na humanidade, pois estão ligados ao processo bioevolutivo da espécie e acabaram por estruturar nossa psicologia e nossos comportamentos.

Não é o que defende o britânico Roger Scruton em *A natureza humana*, um livro curto, porém reflexivo lançado em 2017 por este conhecido filósofo contemporâneo. Nessa obra, escrita a partir de conferências promovidas pelo autor em anos anteriores, Scruton apresenta suas críticas às tentativas naturalistas e evolucionistas de compreender a natureza humana, ampliando análises e observações já desenvolvidas em outros escritos, como por exemplo *The Soul of the World* (2014). Seu objetivo principal aqui é abordar “o que somos”, reconhecendo alguns pontos e descrições das abordagens que envolvem biologia, porém negando qualquer possibilidade de esgotamento dessa questão pela via das ciências empíricas. O texto de Scruton recebeu uma boa tradução para o português, mantendo a sofisticação deste filósofo bastante conhecido mesmo fora dos círculos filosóficos. Mesmo discordando e mantendo algumas objeções aos pres-

supostos e hipóteses filosóficas de Scruton, é inegável que se trata de um escritor erudito e suas hipóteses são filosoficamente estimulantes.

Scruton inicia o primeiro capítulo (“Espécie humana”) reconhecendo que “nós seres humanos somos animais governados pelas leis da biologia” (p. 9). Seu retrato da espécie parte de um ponto de vista pautado nas investigações biológicas e evolutivas da humanidade, inclusive sobre a história da ideia darwiniana do processo de evolução por seleção natural. No entanto, em boa parte do livro, Scruton se apoia em concepções genocêntricas desse processo, isto é, pautadas na ideia de que a evolução envolve, principalmente, a seleção ao nível do gene, da qual Richard Dawkins é o principal divulgador em *O Gene Egoísta* (1976). Outras possibilidades poderiam ser citadas, como as abordagens que envolvem a seleção multinível (SOBER & WILSON, 1999) ou o equilíbrio pontuado (GOULD, 1999), além de abordagens da psicologia e da neurociência, que poderiam contribuir para uma visão mais ampla do processo evolutivo por parte de Scruton.

O autor parte então para uma demonstração das limitações da hipótese evolucionista do ponto de vista do gene para explicar alguns traços fundamentais da humanidade, como por exemplo, a existência do riso e da graça e as manifestações de uma consciência moral, que envolvem elementos como a culpa, a responsabilidade, o caráter pessoal e irreduzível da experiência e a intencionalidade. Scruton reforça que tais características escapam à descrições e definições naturalistas e evolutivas, que podem, no máximo, tentar explicar certos traços emocionais e sentimentais a partir de um relato genealógico. Porém, o fato de sermos pessoas, passíveis de responsabilização, culpabilidade, justificação, raciocínio e dignidade, com uma série de circunstâncias conectadas a tal fato, impedem que tais descrições científicas contemplem a totalidade daquilo que somos. Aqui, uma publicação recente poderia dialogar com as exigências de Scruton acerca da consciência moral e seus correlatos. Trata-se da hipótese da filósofa Patricia Churchland, desenvolvida em *Conscience: The Origins of Moral Intuition* (2019), na qual a autora avalia possibilidades para o surgimento da consciência moral humana a partir de um quadro evolutivo e neurocientífico.

No segundo capítulo (“Relações humanas”), Scruton aponta as limitações das abordagens evolutivas e naturalistas para explicar como se dão os processos de justificação e exposição de razões envolvidos no diálogo moral. Sua análise destaca as relações entre o “eu” e o “outro”, mostrando as dificuldades dos relatos descritivos das ciências para analisar tal relação. Avalia também questões relativas ao prazer, ao sexo e à arte, situações que envolvem perspectivas subjetivas e de difícil análise a partir dos estudos bioevolutivo que buscam compreendê-las. Desafios ainda maiores envolvem as paixões humanas e a identidade pessoal, elementos profundos, significativos e definidores daquilo que somos e que nos dá possibilidades existenciais diferenciadas.

De modo geral, as críticas expostas envolvem o que Scruton definiu como “fosso intransponível do processo evolutivo”: mesmo que sejamos oriundos de um longo e lento processo natural de desenvolvimento da vida, existem distinções e circunstâncias que nos tornam alheios a tal processo, diferentes de outras formas de vida e da natureza de maneira geral. Sobre tais tópicos, as pesquisas desenvolvidas pelo antropólogo evolucionista Michael Tomasello também poderiam dialogar com as críticas de Scruton. Principalmente em *A Natural History of Human Morality* (2016) e *Becoming Human: A Theory of Ontogeny* (2019), Tomasello desenvolve hipóteses estimulantes sobre os modos através dos quais nossas relações humanas passaram a ser pautadas por dinâmicas diferenciadas e como surgiram novos traços sociais na espécie humana a partir de tais dinâmicas.

Na sequência, Scruton analisa no terceiro capítulo o que chama de “A vida moral”. Sua descrição parte do fato de que “as pessoas são seres morais, cientes do bem e do mal, que julgam os seus iguais e,

por sua vez, são por eles jogados” (p.87). Trata-se de uma descrição tradicional de uma das nossas principais características, pautada nos pressupostos de uma individualidade profunda, autonomia e soberania dos sujeitos sobre si. Traços como o orgulho, o reconhecimento, a obrigação, o elogio e o perdão são dependentes de tais possibilidades, formando a rica ontologia moral na qual vivenciamos nossas vidas. Mais uma vez, Scruton levanta as dificuldades de qualquer relato descritivo para compreender tais dinâmicas, mesmo que seja possível pensar em relatos acerca de suas origens e benefícios para o florescimento da espécie. O autor também direciona críticas para posições utilitaristas e consequencialistas em filosofia moral, destacando a abordagem limitada da vida moral utilizada por tais visões (um método próximo de uma “aritmética moral” segundo Scruton).

Diretamente conectado com tais temas, o último capítulo de *A natureza humana*, envolve o que Scruton chama de “Obrigações sagradas”. Aqui, oferece-se primeiramente uma crítica às posições contractualistas em filosofia política, que atualmente são proeminentes no debate em língua inglesa segundo o autor. Tais visões seriam ingênuas, segundo Scruton, principalmente em relação à nossa situação enquanto pessoas e também em relação às nossas condições de liberdade. Oferecendo uma análise bastante original, Scruton discute a moralidade sexual a partir do ponto de vista da pessoa, envolvendo questões como o desejo e o asco, sem esquecer de ampliar as críticas à quaisquer relatos evolutivos de tais situações. Por fim, o autor aborda a questão da piedade, da sacralidade e do mal, extremamente dependentes dos pressupostos de autonomia e soberania envolvidos na concepção de pessoa caros a Scruton. Mais uma vez, o autor vê como impossível uma abordagem adequada de tais instâncias a partir de um relato em terceira pessoa próprio da ciência.

De maneira geral, Scruton se insere na tradição kantiana de atribuição de dignidade para a humanidade, destacando nossas características mais distintivas em relação ao restante do mundo vivo. Assim, nossa existência é estruturada a partir de outras dinâmicas, o que faz com que relatos e descrições científicas e reducionistas sejam limitadas. *A natureza humana* reforça tais pressupostos e abre diálogos com propostas oriundas das ciências, mesmo que seja para mostrar suas limitações. No entanto, essa abertura poderia ser um pouco maior, uma vez que diversas investigações em andamento podem nos ajudar a compreender melhor a origem e os modos a partir dos quais se construíram o “fosso intransponível” ao qual Scruton faz referência. Um exemplo de investigação mais contextualizada sobre a humanidade, que evita reducionismos e determinações naturais ou ambientais é desenvolvida pelo biólogo Robert Sapolsky. No ensaio acadêmico publicado em 2018 intitulado *Behave: The Biology of Humans at Our Best and Worst*, Sapolsky defende (e aponta uma série de evidências) de que a natureza humana (estruturas naturais e fundamentais da nossa espécie), está conectada à condição humana (circunstâncias e contextos ambientais diferentes), situação que torna pouco produtivo explicar tais instâncias em separado.

Outro exemplo de pesquisa interdisciplinar interessante e que nos ajuda a compreender o modo como nos relacionamos uns com os outros nos é oferecido pelo filósofo David Livingstone Smith em *Less Than Human: Why We Demean, Enslave, and Exterminate Others* (2011), no qual analisa as bases do fenômeno de desumanização, suas causas e consequências. Partindo de uma abordagem evolutiva da humanidade, Livingstone Smith argumenta que todos os mamíferos sociais são naturalmente propensos a evitar danos aos membros de sua comunidade, o que contribui para a estabilidade social dos grupos. No entanto, no caso dos humanos, um processo diferenciado de desconsideração permite que possamos perpetrar violências extremas contra outros seres humanos. Trata-se de um processo de considerar o outro indivíduo como “menos que humano”, isto é, algo diferente e que merece um tratamento como inferior, numa interessante análise acerca do modo como atribuímos ou não dignidade a outros seres humanos que poderia dia-

logar com os pressupostos de Scruton.

O rico e ainda atual debate sobre a natureza humana, abordado criticamente por filósofos e filósofas ao longo da história, e hoje cientificamente informado, nos sugere cada vez mais cuidados em atribuir características ditas naturais à nossa tão única espécie, com dinâmicas e condições de existência tão próprias, conforme a análise que Scruton nos oferece em *A natureza humana*. Um passo fundamental para evitar enganos e discursos questionáveis sobre a natureza humana como aquele que abre a presente resenha é conhecer a rica bibliografia filosófica, científica e crítica hoje desenvolvida sobre esse tema tão importante para a compreensão de nós mesmos. Começar pelo reflexivo livro de Scruton não seria mal.

Referências

- CHURCHLAND, Patricia. *Conscience: The origins of moral intuition*. Nova York: W. W. Norton, 2019
- DARWIN, Charles. *A Origem das Espécies*. Tradução de Ana Afonso. Lisboa: Planeta Vivo, 2009. (1859)
- DAWKINS, Richard. *O Gene Egoísta*. Tradução de Rejane Rubino. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1976)
- GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os grandes enigmas da vida*. Tradução de Maria Elizabeth Martinez. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HUME, David. *Tratado da Natureza Humana*. Tradução de Serafim da Silva Fontes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001. (1739)
- PINKER, Steven. *Tabula Rasa: A negação contemporânea da natureza humana*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (2002)
- SAPOLSKY, Robert. *Behave: The biology of humans at our best and worst*. Nova York: Penguin, 2017.
- SMITH, David Livingstone. *Less than human: Why we demean, enslave, and exterminate others*. Nova York: St. Martin's Press, 2011.
- SOBER, Elliott; WILSON, David Sloan. *Unto others: The Evolution and psychology of unselfish behavior*. Harvard University Press, 1999.
- TOMASELLO, Michael. *A Natural History of Human Morality*. Harvard. Harvard, University Press, 2016.
- TOMASELLO, Michael. *Becoming human: A theory of ontogeny*. Nova York: Belknap Press, 2019.

Artigo recebido em: 18 de novembro de 2019

Artigo aceito em: 26 de dezembro de 2019